



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**DIREITO A CIDADE:**

Quem são os excluídos da política habitacional, moradores da ocupação Eliana Silva, em Belo Horizonte?<sup>1</sup>

Alice Cheib

[licecheib@gmail.com](mailto:licecheib@gmail.com)

graduanda, Fundação João Pinheiro

Brasil

Isabelle Fernandes Oliveira

[isabelleferoliveira@gmail.com](mailto:isabelleferoliveira@gmail.com)

graduanda, Fundação João Pinheiro

Brasil

Carolina Portugal Gonçalves da Motta

[carolina.motta@fjp.mg.gov.br](mailto:carolina.motta@fjp.mg.gov.br)

professora, Fundação João Pinheiro

Brasil

---

<sup>1</sup> Agradecemos a Eva Paula Moura, Juliana S Paradela e Marina Fernandes que começaram no projeto, mas não participaram da elaboração do artigo.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### RESUMEN

A moradia, no Brasil, é tida como um direito social, assegurada na Constituição Federal. Em 2009, na tentativa de assegurar este direito social e reduzir o déficit habitacional o governo federal lançou o Programa Minha Casa Minha Vida. No entanto, em 2014, a estimativa do déficit habitacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte era de mais de 157.000 domicílios. Anteriormente, em 2008, surge na região do Barreiro, em Belo Horizonte a primeira ocupação organizada, não espontânea, denominada Camilo Torres. Esta foi organizada pelo Fórum de Moradias do Barreiro, em uma área que pertencia ao Governo do Estado de Minas Gerais e tinha sido cedida à iniciativa privada para fomentar o desenvolvimento industrial da região e, no entanto, esta área estava inutilizada. Já em 2012, em uma área contígua à da ocupação Camilo Torres, o Movimento de Luta de Bairros, Vilas e Favelas (MLB) promoveu outra ocupação, que foi feita por 350 famílias, e que foi denominada Eliana Silva. Para garantir que os moradores se fixem no local o MLB exige que estes residam na ocupação por cinco anos. Outra forma de se fixar os moradores em um determinado local é a existência de redes de relacionamento interpessoal e de familiares na localidade ou em locais próximos. O objetivo desse trabalho é, a partir de entrevistas, conhecer os moradores da vila Eliana Silva, suas origens, moradias anteriores, seus arranjos habitacionais, de modo a compreender as características daqueles que são excluídos da política habitacional e optam pela ocupação como forma de garantia de seus direitos à cidade e a moradia. Resultados preliminares mostram que a ocupação pode ser tida como familiar, pois, em diversos casos é comum a presença de pais e filhos que sejam vizinhos na ocupação, complementarmente, há muitas moradias chefiadas por mulheres, casais jovens ou pessoas que moram sozinhas (domicílios unipessoais), que são categorias de arranjos, em classes de baixa renda, que tem mais dificuldade de acessar o mercado habitacional.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### ABSTRACT

In Brazil, the housing rights are defined by the Federal Constitution of 1988. In 2009, the federal government started a social program called “My house My life”, which is slated to finance more than one million low-income housing units in Brazil to ensure the housing rights and also to diminish the city’s housing deficit, although in 2014 the Belo Horizonte metropolitan zone’s housing deficit were more than 157.000 houses. Previously, in 2008, the first organized occupation emerged in Barreiro’s region, in Belo Horizonte – called “Camilo Torres”. Camilo Torres were organized by the “Fórum de Moradias do Barreiro” in a land that previously belonged to the Minas Gerais’s government and that was given to private companies in order to encourage the industrial economic development, however this land was not being utilized. In 2012, the social movement of fight for housing (Movimento de Luta de Bairros, Vilas e Favelas-MLB) promoted another occupation in a contiguous area from Camilo Torres. This new occupation was called “Eliana Silva” and it was done by 350 families, that didn’t have former proper housing; to assure that these families are going to settle down in that land, the MLB determines that each family needs to stay for at least five years, since the occupation’s day. Another way of assuring these families’ settle down in a land is to make sure that there are nets of interpersonal relationship in that place or next to it. That being said, the main objective of this paper is to get to know the residents of Eliana Silva, their backgrounds, former housing and housing arrangements, which will be accomplished by interviews. That knowledge will be the first step to understand the people who are excluded by public politics’ main characteristics and why they choose the occupation as a way of ensuring their housing rights. Former studies show that Eliana Silva’s occupation is known as a familiar occupation. That happens because in many cases, relatives are neighbors and also because there are female headed households, young couples living by theirs selves or homes with only one resident; this examples are arrangements categories that have more difficult in accessing the housing market.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**Palabras clave**

política habitacional; Brasil; ocupação urbana.

**Keywords**

household policy; Brazil; urban settlement.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **I. Introducción**

Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, como outras cidades brasileiras possui uma dinâmica de ocupação territorial que acaba por fazer com que a população de baixa renda não consiga acesso a todas as partes do território, criando então um quadro de ocupação desigual, com a presença de exclusão e expulsão territorial.

Completando esse cenário, o acesso da população de baixa renda à terra e à habitação, bens que escassos e nem sempre reprodutíveis, na maior parte das vezes é feita em áreas de favelas e assentamentos precários. Na tentativa de mudar esse contexto e ampliar o acesso da população de baixa renda à habitação – bem como resolver outros problemas de cunho econômico – o governo federal brasileiro, em 2009, criou o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Desta forma, a partir de sua instituição, o MCMV passou a ser o canal de acesso das municipalidades para a implantação de seus programas de habitação, como ocorreu no município de Belo Horizonte (BH). No entanto, além do número de habitações construídas pelo poder público ser insuficiente para suprir a demanda habitacional, a esse ponto se junta outros fatores – tais como: morosidade das construções, existência de pré requisitos que deveriam ser cumpridos para que a família tivesse acesso à fila da política, forma de acesso (sorteio simples), prioridade de determinados grupos ao acesso à política pública e formato das moradias construídas (conjuntos verticais) – que fizeram com que muitas pessoas acabassem por buscar outras formas de acesso à moradia, como a ocupação urbana.

Isso foi o que ocorreu com os moradores da ocupação Eliana Silva, localizada na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais. Esta se tornou a Vila Eliana Silva no final de 2016<sup>2</sup> (Soraggi; Aragão, 2016). A partir disso, esse trabalho visa verificar como é a população que reside

---

<sup>2</sup> Esse ponto é muito importante no Brasil, pelo reconhecimento, do governo, da ocupação do território e para a garantia da permanência da população neste.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

nesta vila, a partir de algumas características gerais dessa, relacionando-as aos pre requisitos impostos pela politica habitacional municipal.

Este texto consiste nos resultados de um trabalho de extensão desenvolvido por alunas do curso de graduação em Administração Publica, da Fundação Joao Pinheiro, localizada no estado de Minas Gerais.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## **II. Marco teórico/marco conceptual**

As políticas habitacionais vigentes em Belo Horizonte se espelharam no que ocorria no mesmo período no Brasil. A análise de políticas habitacionais em Belo Horizonte teve como trabalho base a tese de Cynthia Santos (2006). Nos próximos parágrafos passará pelo fim do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a extinção do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O BNH, durante seu período de existência (1964 a 1986) financiou 4,5 milhões de unidades habitacionais (Azevedo, 1996 p. 78-79, *apud* Santos, 2006). Conforme PLAMBEL (1980 *apud* Santos, 2006), a produção de habitação na RMBH pelo BNH, para famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos, foi de 1.242 unidades (período entre 1969 -1979) enquanto o número demandado pelas famílias era de 90.000 unidades.

Complementarmente, do total de moradias construídas em Belo Horizonte neste período as produzidas pelos moradores representavam mais de 70%. Contudo, tal produção era feita com padrão artesanal voltada para o autoconsumo (em oposição à produção empresarial para mercado) e feita, muitas vezes, em áreas distantes do centro, concentrando-se em locais periféricos de difícil acesso e com precária infraestrutura. Assim, como efeito imediato tem-se a exclusão sócio espacial de grande parcela populacional. Como alternativa a isso, a população de baixa renda ocupa áreas em que o mercado imobiliário não possui interesse, o que se expressa pelo índice de favelização. Tal índice mostra que no período 1981 a 1991 a população total cresceu 13,5% enquanto a favelada 58,9%. Em Belo Horizonte, verificam-se as invasões de alguns loteamentos desocupados, vendidos na década de 1950, originando os bairros Leblon e Copacabana, na região Pampulha. Tal ocupação ilegal foi decorrente da queda do rendimento família, pelo difícil acesso legalizado a terra e a falta de uma política urbana que realmente atingisse majoritariamente seus fins sociais. (SANTOS, 2006 p. 126 e 127).



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

No início da década de 1980 ocorreram importantes processos no Brasil que repercutiram nos entes federados e municípios, por sua vez, Belo Horizonte também. A crise econômica, junto com o agravamento de desigualdades sócio espaciais, intensificação dos movimentos sociais e a mobilização da sociedade civil para a volta da democracia são acontecimentos que ganham e destacam e contextualizam as políticas adotadas a partir daquele momento. Belo Horizonte apresentava problemas relacionados a trânsito congestionado, precário transporte urbano, carência em saneamento básico (aumento de córregos a céu aberto), e como causa imediata para a proposição da unidade de análise: expansão da ocupação nas zonas suburbanas, expulsão das favelas e o agravamento do déficit habitacional (Santos, 2006).

Conforme menciona Santos (2006), o setor habitacional foi atingido pela crise, logo o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) sentiu o baque e levou a extinção, em 1986, o Banco Nacional de Habitação. Porém, anteriormente a isso, o SFH garantiu a produção de habitações de forma industrial, para camadas de renda média e média alta. Devido a isso, muitas residências e prédios foram construídos nas áreas centrais em Belo Horizonte e, em contrapartida, esse processo de ocupação dessas áreas corroborou para a expulsão das camadas de baixa renda para as áreas mais periféricas da cidade. Com o desmantelamento do sistema de financiamento, essa dinâmica (a partir de 1985) muda e há uma queda de produção habitacional. (Cota, 2002 p. 84 *apud* Santos, 2006).

Conforme Ribeiro (2001, *apud* Santos, 2006), 4

no âmbito da questão habitacional, foi a partir da falência do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e da desarticulação do Banco Nacional de Habitação (BNH) que emergiu um cenário institucional e financeiro notoriamente desfavorável ao investimento em habitação popular por parte do governo federal, obrigando as esferas subnacionais a institucionalizarem autonomamente seus próprios sistemas habitacionais. (Ribeiro, F. P., 2001, p.33 *apud* Santos, 2006).



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Deste modo, com a crise do SFH, ocorreu um processo de descentralização e foi dada uma maior autonomia aos municípios, no que diz respeito à política habitacional. Os municípios formulavam e implementavam seus próprios mecanismos e programas voltados para questão habitacional.

Com a extinção do BNH todas as suas competências foram diluídas através de vários órgãos federais, como o Banco Central, a Caixa Econômica Federal (CEF), o Ministério Urbano e a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC). Esta última foi responsável pelo desenvolvimento de políticas alternativas habitacionais. A passagem do gerenciamento financeiro da política habitacional do BNH para a CEF deixou uma lacuna institucional de ao menos 10 anos (1986 a 1996).

Entre 1984 a 1990, através dos programas alternativos subsidiados, as prefeituras conseguiram produzir unidades habitacionais com recursos do Governo Federal, via Programa Nacional de Mutirões Comunitários. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o primeiro conjunto habitacional construído nesse período foi o Nova Contagem (cerca de 3400 unidades habitacionais). Quando o prefeito de Contagem setornou o governador do estado mineiro<sup>3</sup>, os programas alternativos ganharam maior visibilidade com a criação do Programa Comunitário de Habitação Popular – Pró-Habitação, em 1987. Era um programa de financiamentos de lotes urbanizados, de modo que a moradia era adquirida através do modelo de autoconstrução ou de mutirões, sendo o material doado pelo governo estatal.

Os programas alternativos tinham as seguintes características: processos burocráticos descentralizados e simplificados, abertura para a participação popular na sua operacionalização e gerenciamento (regimes de mutirões e autoconstrução), falta de organização por parte do poder público e clientelismo – pois muitas vezes eram utilizados como plataforma de reeleição de prefeitos e governadores. O Programa Municipal de Habitação Popular implantado em Belo Horizonte, a partir de 1985, regulamentou o direito de propriedade para a população favelada;

---

<sup>3</sup> Newton Cardoso, que governou o estado de Minas Gerais de 1987 a 1991.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

programa de lotes urbanizados para famílias deslocadas em áreas de risco e os “sem casa” e de materiais de construção para melhorias de moradias. (Santos, 2006, p. 130 e 131).

Uma explicação razoável para a baixa produção municipal em Belo Horizonte nesse período, se dá pelo fato de apenas aproximadamente 1% das receitas municipais irem para o Fundo Municipal de Habitação. Tal quantidade se torna insuficiente para promover políticas habitacionais no município.

Em 1993 houve a criação do Programa Habitar Brasil, por iniciativa federal. Nele eram repassados recursos federais para municípios com mais de 50000 habitantes (Belo Horizonte era incluído) sendo que no ano de 2000 quem passou a financiar o programa foi o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ele atuava em dois eixos: fortalecimento interinstitucional e a urbanização de assentamentos subnormais (Santos, 2006). No primeiro eixo, houve investimento institucional da Prefeitura de BH e no segundo, os projetos de intervenção estrutural (regularização fundiária, mobilização social, infraestrutura geral, processos de remoção e reassentamento, construção de unidades habitacionais e tratamento de áreas de ricos geológicos).

De 1993 até 2004 observou-se o redesenho da política habitacional, sob o controle do Ministério do Bem Estar Social, que passou a exigir a participação de conselhos que tivessem agentes comunitários nos governos locais e uma contrapartida financeira destes aos investimentos da União (Santos, 1999, p.23 apud Santos, 2006, p.136). Em Belo Horizonte pode-se observar políticas com recursos federais, mesmo que insuficientes, como: Pró-moradia, Programa de Ação Social e Saneamento (PASS), Programa de Infraestrutura (Pro-infra), Programa de Arrendamento Residencial (PAR), Programa Morar Melhor, Programa Bolsa Moradia e o Programa Especial de Habitação Popular (PEPH).

Em 1995 a CEF retoma os financiamentos para construção e a compra de unidades habitacionais. Contudo as políticas de financiamento adotadas pela Caixa eram desfavoráveis para as parcelas mais pobres, pois a liberação de recursos para a produção ou compra era somente para imóveis



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

legalizados, que tinham valores inacessíveis as camadas de baixa renda (Taschner, 1997, p.64 *apud* Santos, 2006 p. 134). Tal situação corrobora para o adensamento das favelas, encortçamento de áreas deterioradas e de prédios abandonados e o número de moradores de rua.

Paralelamente, a partir da década de 1980, os programas alternativos motivaram a participação popular nas políticas de habitação e é nesse contexto, na década de 1980, que ocorreu mobilizações populares lideradas por entidades e instituições ligadas aos assentamentos favelados de Belo Horizonte (Santos, 2006). Em Janeiro de 1983 ocorreu a criação do Projeto de Lei que instituiu o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA).

O PROFAVELA classificou, inicialmente, as áreas de favelas, de modo que no ano seguinte, as favelas localizadas em terrenos públicos e passíveis de urbanização foram decretadas como Zoneamento Municipal do Setor Especial – 4, de modo que a população moradora poderia por direito permanecer nesses locais (exceto quando esses lugares caracterizavam como alto risco geológico ou áreas de interesse público para obras). Conforme Santos (2002, p.44 *apud* Santos, p. 141), a “Lei que cria o PROFAVELA instaura o reconhecimento do direito de posse ao invés da política de despejo. O fato foi que a política de remoção não foi capaz de eliminar as favelas”. A partir disso, então, a política foi a de regularizar os assentamentos, e não a de removê-los.

Com a Lei municipal nº 4034, de 1985, que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo Urbano, “a regularização das favelas passa a exigir demarcação das áreas e do sistema viário para legalização do loteamento, [...] elaboração de regras para uso do solo, [...] e conhecimento jurídico dos ocupantes”. (Santos, 2006, p.143). Até dezembro de 2002, já haviam sido emitidas 9.528 escrituras de propriedades beneficiando cerca de 13.600 famílias (Santos, 2006).

As moradias das favelas que são construídas em áreas de alto risco geológico/ambiental são passíveis de remoção, gerando demanda por habitação. Outro caso que gera demanda são aquelas que são de demanda “qualitativa”, requerendo melhorias habitacionais e urbanas, carentes de infra



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

estrutura urbana e más condições do processo construtivo. Além dessas duas possíveis demandas, têm-se as intervenções urbanísticas feitas nas favelas quando necessárias (abertura de vias, alargamento de becos, etc.) que provocam remoções, aumentando a necessidade habitacional.

A partir da década de 1990, reformula-se a política habitacional de Belo Horizonte, já que o fim do BNH houve uma tendência de deslocamento dos investimentos federais para estaduais e municipais. Dessa forma, os municípios precisariam se equipar para se tornarem autônomos de programas habitacionais, desenvolvendo seus próprios mecanismos de enfrentamento das demandas habitacionais, ainda que limitados financeiramente. Nesse contexto, surge o SMH, Sistema Municipal de Habitação, com aparato institucional e financeiro na tentativa de realização dos projetos habitacionais. Assim passa a vigorar o Decreto Lei de nº 6326/93 tratando da instituição do Fundo Municipal de Habitação (FMH), a criação do Conselho Municipal de Habitação (CMH), mantém-se o órgão executivo e gestor da política habitacional, a URBEL, formando o Sistema Municipal de Habitação.

Alguns programas foram desenvolvidos após 1990, em princípio patrocinado com o fundo municipal, com a visão de fortalecimento das ações de produção de novos assentamentos, urbanização e regularização de favelas. A seguir será falado brevemente sobre alguns, dentre muitos. (Santos, p.157-159):

- **Programa Estrutural em áreas de Risco (PEAR):** Criado em 1993, teve como objetivo a diminuição da ocorrência de acidentes com pessoas moradoras em áreas de risco, seja em vilas, favelas ou conjuntos habitacionais degradados. Para alcançar o objetivo, orientavam os moradores quanto ao risco de viver nesses possíveis locais, realização de vistorias nas áreas e estudos geotécnicos. Contudo, esse programa teve dificuldades no decorrer de sua realização, pois as famílias que moravam em locais classificados como áreas de risco se negavam a retirar-se, além de haver grande incidência de moradias em situação de risco. Houve também um número de alojamentos provisórios insuficientes para o abrigo de famílias tempora-



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

riamente. Em 2003, foram removidas mais de 1000 famílias no período de chuva e reassentadas 442 em conjuntos habitacionais com recursos do Ministério Público;

- **Orçamento Participativo (OP) e Orçamento Participativo da Habitação:** consiste em instrumento democrático na participação da política habitacional, permitindo discussão e definição da distribuição dos recursos municipais em obras de melhorias urbanas, ocorrendo no intervalo de 2 anos. O programa é realizado através das Administrações Regionais que adotam critérios a fim de viabilizar a melhor forma de distribuição de recursos, como o maior número de famílias a serem beneficiadas e as que apresentam menos faixa de renda;
- **Programa de Reassentamento de Famílias Removidas por Obras Públicas ou Vitimadas por Calamidade (PROAS):** atua em casos de remoção e de reassentamento de famílias habitantes em áreas destinadas à implementação de obras executadas pela PBH, prevendo também o atendimento à famílias assentadas em áreas de risco. O reassentamento é viabilizado através de indenizações. O PROAS estabelece parceria com outros programas desenvolvidos pela URBEL, como o OP e PEAR.

Em 2002 ocorreu a criação do Ministério das Cidades (ROLNIK, 2009) e subordinada a este estava a Secretaria Nacional de Habitação. No início do governo este ministério atua com a política denominada Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), que promoviam investimentos em infraestrutura, inclusive, com a urbanização de favelas (PAC Favelas), que previa a melhoria da condição habitacional dos moradores de favela – muitas das obras de urbanização de favelas de Belo Horizonte, neste período, foram feitas a partir deste programa. Esta política, bem como outras vigentes, com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida caíram paulatinamente em desuso, – também pela visibilidade adquirida por este programa – preferido este último aos demais programas.

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi instituído pelo governo Lula – a partir da Lei 11.977 de 7 de julho de 2009. Este programa consiste na produção de unidades habitacionais com a proposição de redução do déficit habitacional. Nas duas primeiras fases a população de baixa renda (de até três salários mínimos)



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

tinha o valor a ser pago fortemente subsidiado pelo governo (até 90%), já que o valor das prestações depende da renda familiar. A população de três a cinco salários mínimos também tinha uma redução no custo do imóvel, mas essa é muito inferior à proporcionada à população do menor nível de renda. (Motta, 2016, p. 107)

A partir do início do programa todas as ações da política habitacional, mesmo as dos governos locais, passaram a serem realizadas por meio dele. Atualmente, o programa MCMV ainda está vigente no Brasil, porém, após a saída do Partido dos Trabalhadores (PT) do governo federal, os gastos com o programa se reduziram muito, passando a se dever quase que apenas ao que já havia sido contratado.

Em Belo Horizonte desde 2009, como no restante do Brasil, a política habitacional é feita com recursos do programa Minha Casa Minha Vida. Para participar do programa neste município é necessário: (i) residir no município a mais de dois anos; (ii) estar organizado através do movimento “sem casa” e cadastradas em associações de bairro; (iii) ter renda familiar de até R\$1.600,00 (dados de março de 2016); (iv) ser contemplada apenas uma única vez por programas habitacionais públicos de produção de moradia (PBH, 2016; SMPU, 2008). Além disso, a prefeitura prioriza os moradores de áreas de risco e as famílias chefiadas por mulheres que recebem recursos do programa Bolsa Família, do governo federal. As famílias se inscrevem na prefeitura em uma lista da política habitacional. E a forma de escolha daquelas que receberão as residências é o sorteio simples.

De acordo com Nascimento (2016, p. 148) o padrão construtivo dos conjuntos habitacionais construídos em BH tem sido majoritariamente de “[...] tipologias rígidas e homogêneas de apartamentos de dois quartos com 39 a 44m<sup>2</sup> [...], distribuídos em dois por andar e organizados em edifícios de 4 ou 5 pavimentos”. Ou seja, o modelo é o de conjuntos verticais.

Segundo Nascimento (2016, p. 151), a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) “[...] entregou até setembro de 2015, 2.705 unidades habitacionais PMCMV/FAR (URBEL, 2015); ou seja, 3,45% do déficit habitacional do município de BH, que seria, segundo dados da FJP (2013), de



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

78.340 unidades habitacionais.” Complementarmente, Libanio (2016) aponta que existia, em 2016, na cidade de Belo Horizonte, mais de 450 mil pessoas vivendo em favelas, em mais de 200 áreas de ocupação irregular. Desta forma tem-se que a produção habitacional é insuficiente para a demanda por moradias do município.

Por outro lado, houve um aumento do número de ocupações urbanas no município após o ano 2000. Essas se distinguem em relação à forma que foram organizadas, ao número de habitantes e a quem são esses.

Muitas das ocupações que surgiram em Belo Horizonte após 2000 foram na região do Barreiro, como a Vila Eliana Silva. A região do Barreiro foi escolhida pelos movimentos por ter diversas áreas vazias, de propriedade do governo estadual. Estas foram reservadas para a construção de um parque industrial na região. Com o desenvolvimento do município, a cidade avançou até essas áreas, que passaram a ser interessantes para fins de moradias.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **III. Metodología**

Para a construção desse panorama sobre a Vila e seus moradores foram entrevistados dois moradores em dezembro de 2016. Ambos residem na vila desde o início da ocupação. Um deles pertence à direção do movimento responsável pela execução da ocupação, denominado Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e a outra uma moradora que antes morava em uma casa alugada em uma vila próxima da ocupação.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

#### **IV. Análisis y discusión de datos**

A área que hoje é ocupada pela Vila Eliana foi a segunda área que os moradores ocuparam. Esta segunda ocupação foi feita em agosto de 2012. Soraggi e Aragão (2016) trazem depoimentos de como se desenrolou essa ocupação. Em termos de organização, a vila foi planejada – com ajuda de arquitetos da UFMG – e delimitada em 298 lotes de 63 m<sup>2</sup> (Soraggi; Aragão, 2016).

Os entrevistados apontaram que entre uma ocupação e outra houve a desmobilização dos ocupantes, que tiveram que ir morar com parentes, amigos, em abrigos etc. A ocupação propriamente dita teve dois períodos: logo após a ocupação eles moravam em casas de lona, tinham apenas uma cozinha coletiva e banheiros coletivos também. Em um segundo momento, depois de dois meses de ocupação, o MLB falou eu eles poderiam construir e assim o fizeram, em um sistema de mutirão, cada um construindo um cômodo na área que lhe foi determinado. Depois disso, cada morador individualmente construiu sua moradia.

Hoje todas as moradias tem banheiro e está ligada a rede de esgoto – uma conquista recente, visto que isso só ocorreu em 2016. Antes disso o esgoto era de fossa e utilizava bananeiras que faziam o reaproveitamento dos dejetos.

Quem foi morar na ocupação, para garantir o direito de ocupar, precisava ir a todas as reuniões do movimento (MLB). Ainda, assinaram um termo que teriam que morar na ocupação por pelo menos cinco anos, para garantir o direito a propriedade. Mas, como disse a entrevistada, ela não tem menor vontade de vender a sua habitação.

Apesar da afirmação do entrevistado de quem ocupou o terreno foi em sua maioria mulheres, os arranjos domiciliares são muito diversos e a origem da população também. Há muitas famílias na vila que são chefiadas por mulheres (arranjos monoparentais femininos). Existe também a presença



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de muitos domicílios unipessoais, tanto de mulher quanto de homem e de faixas etárias diversas. Há também a presença de jovens casais. Os arranjos mencionados tem maior dificuldade de acumular dinheiro para adquirir a moradia própria.

Associado a isso se tem a origem das pessoas: grande parte morava de aluguel em vilas de Belo Horizonte ou nas de outro município – muitos desses (que moravam em BH) já estavam a vários anos na fila da política habitacional e, os que moravam fora de BH não poderiam participar da política habitacional desse município; outros moravam de favor na casa de amigos ou parentes, algumas vezes após a dissolução do casamento; além desses também haviam os que desejavam ter sua moradia própria, para dividi-la com o companheiro e sua família, mas não tinham dinheiro para tanto.

O entrevistado mencionou também a presença, na vila, de domicílios multifamiliares, que contam com a presença de mais de uma família. Isso ocorreu, segundo ele, porque não houve espaço na ocupação para todos os que buscaram o movimento, aí em algumas residências foi a residir pais, filhos, genros ou noras e netos.

Agora, cabe destaque a importância das redes familiares e de amigos para o acesso das famílias a ocupação e ao movimento. Apesar de uma dos entrevistados ter mencionado que não possui outros parentes que morem em outras residências na vila (ela possui dois filhos que moram também na região do Barreiro, mas em outros bairros) o outro mencionou que tem um filho que vive sozinho em outra residência (domicílio unipessoal) e que tem outro que mora em outra ocupação vizinha.

Moro eu e Deus. Meu filho mora sozinho aqui na Paulo Freire (outra ocupação); o outro tentou montar família mas não deu certo. Mas eu lutei pra todos. E agora que eu consegui pra mim eu tô lutando pros outros conseguir as casinhas deles. [...] Têm muitas pessoa aqui que tão esperando ser chamadas desde 1999. [...] Muita gente que tá na lista do Minha Casa Minha Vida também.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Além dele, conforme o entrevistado mencionou, diversos outros casos de parentes que residem na vila e de pessoas que foram para as reuniões de ocupação e trouxeram outros parentes e amigos para participar, de modo que essa se conformou como uma “vila familiar”. Assim, segundo o entrevistado, “[...] tem mais gente que mora junto aí, umas famílias junto. É uma ‘ocupação familiar’”. Ainda, de acordo com ele, “Nessa casa, mora aí duas famílias - foi o primeiro predinho - mora no andar de baixo a mãe e no andar de cima o filho e a esposa”.

Há ainda, a presença de indígenas na vila, que moram em três diferentes residências. Eles também tem ligação de parentesco.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **V. Conclusiones**

A política habitacional realizou muitas construções no âmbito do programa MCMV em Belo Horizonte, porém essas foram insuficientes para suprir a demanda por moradias. Além disso, tem-se que as construções atuais da política tem uma tipologia habitacional muito pouco flexível, o que faz com que não seja adequada a toda população que demanda moradia.

Desta forma, as ocupações surgem como uma forma da população de baixa renda, que não consegue acessar a habitação via mercado ou política habitacional, ter acesso à habitação. E as redes de sociais de amigos e familiares são um importante mecanismo que auxilia no ingresso das pessoas às ocupações.

Cabe ressaltar que esse trabalho foi feito apenas em uma ocupação. É importante que se busque estes indícios em outras ocupações, inclusive aquelas que foram organizadas por outros movimentos, para verificar se a forma como este é organizado interfere na presença de diferentes unidades habitacionais de pessoas ligadas pelo parentesco ou se é algo inerente as ocupações.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## VI. Bibliografía

Libânio, Clarice de Assis. (2016). O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. Cadernos Metr pole, 18(37), 765-784. <https://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3707>

Motta, Carolina Portugal G. (2016) Família e necessidades habitacionais nas metrópoles brasileiras de 1980 a 2010: Percep o de idosos moradores de Belo Horizonte. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. (Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). 2016. 818 f.

Nascimento, Denise Morado. (2016). As políticas habitacionais e as ocupa es urbanas: dissenso na cidade. Cadernos Metr pole, 18(35), 145-164. <https://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3507>

PBH. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. (2016) Urbel. Apresenta o do MCMV. Belo Horizonte: 31 mar. 2016. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&lang=pt\\_br&pg=5580&tax=52122](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&lang=pt_br&pg=5580&tax=52122)>. Acesso em 01 dez. 2017.

Santos, Cynthia S. (2006). A política habitacional para a popula o de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990: Contextualiza o da política habitacional para a popula o de baixa renda, a partir de 1986, em Belo Horizonte. 2006. 331 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Soraggi, Ana Carolina M. ARAGÃO, Themis A. (2016) DIREITO A CIDADE E AS OCUPACOES URBANAS: Um olhar sobre a Vila Eliana Silva/Belo Horizonte. In: MAX, V. COSTA, M. A. (Org.) Participa o, conflitos e interven es urbanas: contribui es   habitat III. Porto Alegre: IPEA, 2016. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161108\\_livro\\_democracia\\_participacao\\_conflitos\\_virtual\\_cegov\\_2016.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161108_livro_democracia_participacao_conflitos_virtual_cegov_2016.pdf)> Acesso em 01 dez. 2017.

SMPU. Secretaria Municipal de Politicas Urbanas. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Estudos Urbanos: Belo Horizonte 2008: transforma es recentes na estrutura urbana. Cood: Caldas, Maria Fernandes, Mendonca, Jupira Gomes de; Carmo, Lelio Nogueira do. Belo Horizonte, 2008.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio